

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 660, DE 1999

Cria área de livre comércio no Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Autor: Deputado Augusto Nardes

Relator: Deputado Márcio Fortes

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Augusto Nardes, tem por finalidade criar uma área de livre comércio - ALC, sujeita a regime fiscal especial, no Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de criar as condições necessárias para que o Município possa enfrentar a competição que se origina nas zonas francas existentes nos países vizinhos.

Da mesma forma que em outros projetos já examinados nesta Comissão, o controle aduaneiro é exercido sobre todas as mercadorias que entrarem na ALC, sejam elas estrangeiras ou procedentes do restante do País, e é concedida, no momento da sua internação na área, a suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Essa suspensão será convertida em isenção desde que as mercadorias sejam destinadas a atividades que possuam fortes efeitos de encadeamento com a economia local e, dessa forma, sejam capazes de multiplicar mais rapidamente os impactos positivos que se espera obter com a criação da ALC.

Por motivos óbvios, da mesma forma que em outros projetos e na legislação de regência das áreas de livre comércio já existentes, excluem-se dos benefícios fiscais concedidos as armas e munições, os veículos de passageiros, as bebidas alcoólicas, os produtos de perfumaria e o fumo e seus derivados.

A administração da área é atribuída a um Conselho formado por representantes do Município, do Estado e do Governo Federal, sendo a sua presidência exercida, nos dois primeiros anos, pelo representante federal e, após esse prazo, pelo representante estadual. Além disso, compete ao Município a responsabilidade de fornecer o apoio material para seu funcionamento.

As isenções e benefícios são concedidos pelo prazo certo de vinte e cinco anos, a contar da aprovação da lei.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Indiscutivelmente, toda e qualquer iniciativa que inclua na pauta desta Comissão a discussão sobre mecanismos e instrumentos que objetivem melhorar as condições de vida da população brasileira merece nossa maior atenção, e este é o caso da presente proposição.

No primeiro semestre do ano que passou esta Comissão realizou audiência pública sobre a questão das áreas de livre comércio, e na ocasião ficou claro que o tema continua atual e reveste-se de grande importância e urgência. Mas ficou claro, também, que é extremamente polêmico e que não existe uma posição amplamente aceita sobre a conveniência ou não da adoção desse instrumento.

Especificamente no presente caso, que trata do município de Jaguarão, devemos considerar que esta Comissão já se posicionou sobre o assunto, quando este Plenário votou contrariamente ao parecer do nobre Deputado João Pizzolatti e, por conseguinte, rejeitou proposta de igual teor, apresentada pelo ilustre Deputado Fetter Junior (PL 2.206/96).

As condições macroeconômicas do País não se alteraram substancialmente e, portanto, parece-nos que, salvo melhor juízo, os argumentos apresentados à época permanecem válidos e devem nortear nosso posicionamento.

Assim, nosso voto não poderia deixar de ser pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 660, de 1999.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Márcio Fortes
Relator

90767300.183